

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014-2015

Pelo presente instrumento, de um lado o **SINDICATO DOS ARMADORES E DAS INDÚSTRIAS DA PESCA DE ITAJAI E REGIÃO**, com sede na Rua Lauro Müller, nº 386, Centro, no Município de Itajaí – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.822.122/0001-90, neste ato representado por seu presidente, Giovani G. Monteiro, portador do CPF n. 800.364.909-97, autorizado pela Assembleia Geral, e, de outro lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PESCA DE SANTA CATARINA**, com sede na Rua Hélio Douat de Menezes, 115, no Município de Itajaí – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 76.701.697/0001-90, com base territorial nos municípios de Araranguá, Araquari, Balneário Camboriú, Barra Velha, Biguaçu, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Guarujá, Içara, Imaruí, Imbituba, Itajaí, Itapema, Jaguaruna, Joinville, Laguna, Navegantes, Palhoça, Paulo Lopes, Penha, Piçarras, Porto Belo, São Francisco do Sul, São João do Sul, São José, Sombrio e Tijucas neste ato representado por seu presidente, Manoel Xavier de Maria, portador do CPF n. 559.236.159-91, devidamente autorizado pela sua Assembleia Geral, resolvem, por mútuo acordo, celebrar a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, que vigorará dentro da base territorial que for comum às entidades, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1º - DA VIGÊNCIA

A presente convenção terá vigência de 01 ano e um mês, a contar de 1º de fevereiro de 2014 e com término em 28 de Fevereiro de 2015.

CLÁUSULA 2º - DATA BASE

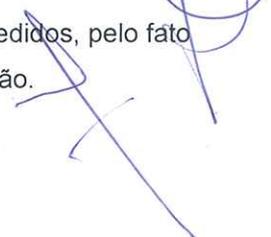
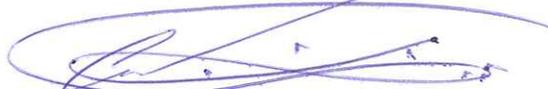
A data base da categoria profissional fica fixada em 1º de Março.

CLÁUSULA 3º - DA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Considerando que a pesca possui características peculiares, uma natureza rudimentar e que está sujeita a imprevisibilidade de realização em função da influência de fatores climáticos, condições de navegação e da própria localização dos pescados objeto da pescaria, o que impossibilita a quantificação exata dos períodos de início e término das atividades, as partes decidem fixar as parcelas que deverão compor a remuneração dos pescadores.

Nesta composição, considera-se um salário-base, adicionado de um número fixo de horas extras independente de controle, seus reflexos no repouso semanal remunerado e um valor de adicional noturno, considerando-se a hipótese de determinadas horas serem realizadas no período noturno.

Parágrafo Primeiro – Os repouso semanais e feriados eventualmente não concedidos, pelo fato de a embarcação estar em viagem, serão compensados em períodos de atracação.



Parágrafo Segundo – As partes estabelecem que as horas destinadas às viagens e deslocamento da embarcação pesqueira não geram direito a horas extras nem sobreaviso.

Parágrafo Terceiro - Ajustam também que a insalubridade, quando existente, é fixada em grau médio, com adicional de 20% sobre o salário mínimo nacional vigente.

PESCADOR Profissional (POP) e Pescador Cozinheiro:

Salário Base -	R\$ 1.253,38
Adicional de insalubridade.....	R\$ 144,80
15 horas extras/mês.....	R\$ 142,99
Reflexo das horas extras sobre o descanso semanal remunerado.....	R\$ 23,83
Adicional noturno incidente sobre 10 horas/mês.....	R\$ 12,71
Valor Total.....	R\$ 1.577,71

PESCADOR ESPECIALIZADO PEP:

Salário Base -	R\$ 1.316,64
Adicional de insalubridade.....	R\$ 144,80
15 horas extras/mês.....	R\$ 149,46
Reflexo das horas extras sobre o descanso semanal remunerado.....	R\$ 24,91
Adicional noturno incidente sobre 10 horas/mês.....	R\$ 13,28
Valor Total.....	R\$ 1.649,09

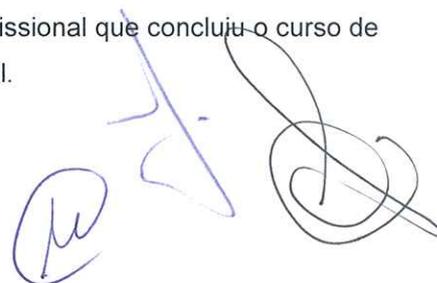
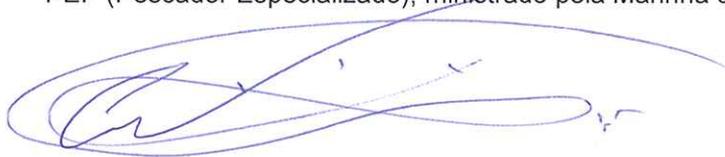
MOTORISTA:

Salário Base -	R\$ 1.880,92
Adicional de insalubridade.....	R\$ 144,80
15 horas extras/mês.....	R\$ 207,17
Reflexo das horas extras sobre o descanso semanal remunerado.....	R\$ 34,52
Adicional noturno incidente sobre 10 horas/mês.....	R\$ 18,41
Valor Total.....	R\$ 2.285,82

MESTRE:

Salário Base -	R\$ 2.141,02
Adicional de insalubridade.....	R\$ 144,80
Valor Total.....	R\$ 2.285,82

Parágrafo Quarto – Pescador Profissional Especializado é o profissional que concluiu o curso de PEP (Pescador Especializado), ministrado pela Marinha do Brasil.



Parágrafo Quinto – Na composição da remuneração de mestre não há inclusão de horas extras, por se tratar de função de gestão, na forma do art. 62 da CLT.

Parágrafo Sexto – Os valores ajustados permanecerão inalterados até o término da vigência da presente convenção, com exceção do adicional de insalubridade e seus reflexos em horas extras e adicional noturno, que dependem da fixação do salário mínimo nacional.

Parágrafo Sétimo – Por circunstâncias que compuseram esta negociação, as partes decidiram ampliar o número de horas extras fixadas no piso salarial composto de 10 (dez) para 15 (quinze), sem que este fato implicasse em descumprimento do ajustado na norma coletiva anterior.

Parágrafo Oitava – As diferenças salariais decorrentes do fato da presente negociação ter sido encerrada após a data base poderão ser pagas em folha suplementar ou no fechamento da folha salarial do próximo mês.

CLÁUSULA 4º - 13º SALÁRIO

O décimo terceiro salário será pago até o dia 20 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA 5º - DOMINGO E FERIADO

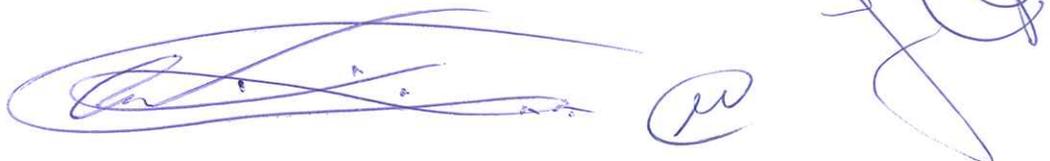
O serviço prestado no domingo ou feriado será compensado, segundo a conveniência do serviço, por descanso em período equivalente no dia seguinte ou nos subseqüentes ou por descanso no fim da viagem, ou ainda, pelo pagamento do salário correspondente.

CLÁUSULA 6º - DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO

A cada mês, será concedido ao pescador que solicitar, após uma das viagens por ele realizada, no mínimo, 10kg (dez) quilos do pescado capturado. A negativa por parte do empregador deverá ser formalizada junto ao sindicato da categoria profissional dentro de dez dias após a viagem para as providências cabíveis. Após esse prazo, o pescador que não manifestar o não-recebimento perderá o direito ao benefício.

Parágrafo primeiro – É vedado aos empregados efetuar qualquer comercialização de produtos de pescaria ou insumos quando em serviço, sejam do empregador, próprios ou de terceiros, ressalvadas as hipóteses de expressa autorização. O descumprimento desta disposição possibilitará a rescisão do contrato de trabalho do empregado por justa causa.

Parágrafo segundo – Fica expressamente estatuído que o benefício desta cláusula não tem caráter salarial, inexistindo, portanto, reflexo em qualquer verba dessa natureza salarial. Constitui-se em mera distribuição do pescado capturado pelos próprios pescadores para seu consumo.



CLÁUSULA 7º - LICENÇA REMUNERADA PARA CASAMENTO

Ao empregado abrangido pela presente convenção será concedido Licença remunerada de oito dias consecutivos ou uma viagem redonda, a partir do dia do casamento.

Parágrafo único – No caso de embarcação que adote o procedimento de viagem redonda este prazo será em cada caso revisto, para adaptá-lo ao sistema de viagem, embarque ou desembarque de acordo com o ajuste entre o interessado e a tripulação, que firmará expressamente o prazo de licença, não podendo exceder a uma viagem.

CLÁUSULA 8º - NASCIMENTO DE FILHO

Será concedida licença remunerada de seis dias úteis consecutivos para que o empregado possa prestar assistência à família a partir da data de nascimento do seu filho, ou de seu retorno de viagem.

CLÁUSULA 9º - CÓPIA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E RESCISÃO

O empregador entregará a segunda via do Contrato de Experiência e/ou Contrato de Trabalho ao empregado quando da admissão, bem como cópia da rescisão.

CLÁUSULA 10º - AUXÍLIO FUNERAL

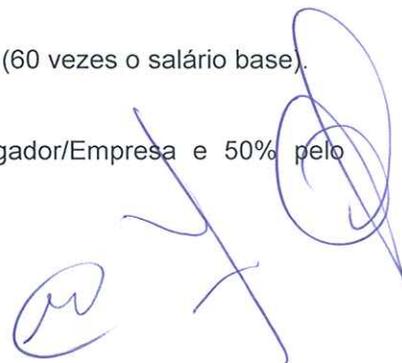
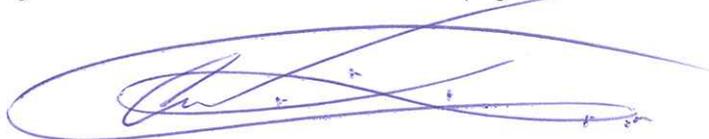
Aos dependentes, no caso de morte do empregado, será pago o valor de 02 (dois) salários normativos da função do falecido, podendo ser deduzidas as despesas hospitalares, serviços funerários, e traslado se pagos pelo empregador.

CLÁUSULA 11º - SEGURO DE VIDA

Os empregadores deverão contratar para seus empregados pescadores, seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais contemplando as seguintes coberturas:

- Morte Natural (30 vezes o salário base);
- Morte Acidental (60 vezes o salário base);
- Invalidez Permanente por Acidente (até 60 vezes o salário base);
- Invalidez Permanente Funcional por Doença (30 vezes o salário base);
- Inclusão Automática do Cônjuge (15 vezes o salário base);
- Inclusão Automática de Filhos (3 vezes o salário base);
- Cobertura Especial de Morte por Desaparecimento no Mar (60 vezes o salário base).

Observação: O prêmio mensal será arcado 50% pelo Empregador/Empresa e 50% pelo empregado mediante desconto em folha de pagamento.



Parágrafo Primeiro: O valor mínimo do seguro, no caso de morte, não poderá ser inferior a 30 vezes o salário base em caso de morte natural e 60 vezes o salário base em caso de morte acidental.

Parágrafo Segundo: O empregado mesmo estando em auxílio-doença, fora das atividades de trabalho, fará jus ao seguro de que trata esta cláusula, até 90 (noventa) dias após o início de seu afastamento. Após este prazo, o empregado estará fora da cobertura securitária.

Parágrafo Terceiro: O valor pago pelo trabalhador a título de seguro de vida em grupo não poderá exceder 1,5 % de seu salário base.

Parágrafo Quarto: A partir da data de admissão, a empresa terá 20 dias para informar aos trabalhadores o nome e o endereço da seguradora.

Parágrafo Quinto: Os empregadores deverão adquirir seguro que contenha todas as coberturas e valores exigidos nesta convenção, que devem ser preservados individualmente para cada tripulante, independente da modalidade de seguro contratado (individual ou coletivo empresarial).

Parágrafo Sexto: Como a presente norma coletiva foi formalizada após a data base da categoria, os contratos de seguro vigentes até o presente momento foram efetuados com base no salário previsto na convenção coletiva anterior. Assim, as partes esclarecem que, para efeitos do seguro de vida, os novos valores de pisos salariais somente passarão a gerar efeito no prazo de 10 dias após a assinatura da presente convenção coletiva.

CLÁUSULA 12º - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Fica vedado o contrato de experiência para empregado que já trabalhou anteriormente na mesma empresa, até o prazo de 02 (dois) anos após a data de sua rescisão.

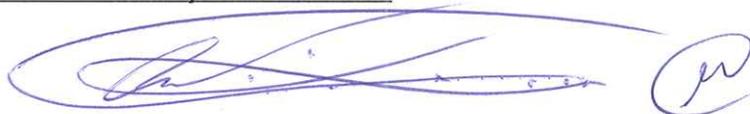
CLÁUSULA 13º - RESCISÕES ASSISTÊNCIA SINDICAL

As rescisões de contrato de trabalho de empregados embarcados após 180 (cento e oitenta) dias, independente da forma da contratação, deverão ser obrigatoriamente homologadas no Sindicato.

CLÁUSULA 14º - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

- IDADE DE APOSENTADORIA: Será garantido o emprego e salário, se o empregado contar com mais de três anos de trabalho ininterrupto na mesma empresa e faltar vinte e quatro meses para a aposentadoria. Tempo este devidamente comprovado com contagem do órgão previdenciário, por certidão ou declaração.

CLÁUSULA 15º INDENIZAÇÃO ADICIONAL



O empregado dispensado sem justa causa, no período de trinta dias da data que antecede a correção salarial, neles podendo se completar o aviso prévio já dado há mais de 15 dias, fará jus a indenização adicional de 01 (um) salário mensal.

Parágrafo único – Ficará desobrigada ao pagamento da indenização prevista nesta cláusula o Empregador que promover a rescisão por motivo de defeso, desde que conceda a garantia de retorno. Concedida a garantia e não praticada, fará o empregado jus ao recebimento do piso vigente na época em que deveria retornar.

CLÁUSULA 16º - DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS

Os Empregadores serão obrigados a fornecer, no ato do pagamento, envelope ou documento discriminativo dos valores que os empregados receberem, inclusive recolhimento do FGTS.

CLÁUSULA 17º - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL AO ACIDENTADO

O Empregador complementarará a remuneração do empregado que estiver em auxílio previdenciário decorrente de acidente de trabalho ou doença, pelo período máximo de 90 (noventa dias), devendo o empregado apresentar o comprovante da previdência.

Parágrafo único – A complementação acima será a diferença entre o valor pago pela Previdência Social e o valor do piso salarial devido ao empregado, caso o empregado estivesse em atividade.

CLÁUSULA 18º - SOLUÇÃO AMIGÁVEL PARA LITÍGIO

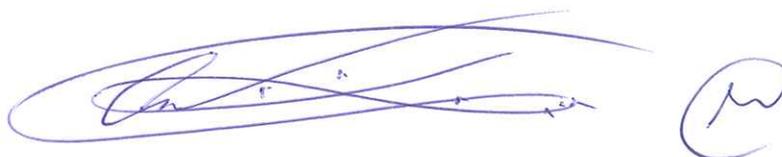
O Sindicato Profissional compromete-se procurar solução amigável para qualquer reclamação que porventura tenha seus associados, dirigindo-se ao Empregador antes do ingresso em juízo.

CLÁUSULA 19º - DESLIGAMENTO FORA DO LOCAL DE CONTRATAÇÃO

Havendo rescisão imotivada do contrato de trabalho, pelo empregador, fora do local da contratação, ele arcará com as despesas de viagem de volta ao local onde foi contratado, ainda que a contratação tenha sido de forma verbal, sendo que as despesas com alimentação poderão ser deduzidas na rescisão. Para os fins do disposto nesta cláusula e o empregado deverá apresentar os comprovantes de despesas de viagem (transporte).

Parágrafo único – Quando a contratação de empregado residente fora do estado de Santa Catarina, o empregador deverá incluir nas verbas rescisórias a passagem de retorno ao seu Estado de origem.

CLÁUSULA 20º - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. There are three distinct signatures: a large, sweeping one on the left, a smaller one in the middle, and a more complex, circular one on the right.

A empresa fornecerá ao empregado gratuitamente equipamento de proteção de trabalho (botas de borracha, capas de chuva, luvas, etc.), ficando vedado qualquer desconto do mesmo, desde que a perda de equipamento não tenha se dado por mal uso.

CLÁUSULA 21º - CONCILIAÇÃO DE DIVERGÊNCIA

Havendo divergência entre os contratantes por motivo da aplicação das cláusulas deste contrato, comprometem-se as partes, discuti-las com o objetivo de procurar um acordo que será expresso em termo aditivo, permanecendo, porém, qualquer dúvida, esta será dirimida pelo poder judiciário.

CLÁUSULA 22º - AVISO PRÉVIO

Na hipótese da embarcação pesqueira estar docada para manutenção ou reparo o cumprimento do aviso prévio poderá ocorrer em casa, desde que autorizado pelo empregador.

CLÁUSULA 23º - EXAMES MÉDICOS

O exame médico laboratorial, como também o PPP, será pago pelo empregador e realizado em locais por ele indicado, e conseqüentemente apresentado ao funcionário e ao Sindicato profissional no ato da Homologação.

CLÁUSULA 24º - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Terá direito as férias proporcionais, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), o empregado que solicitar seu desligamento do quadro de funcionários da Empresa, independente do período de contratação.

CLÁUSULA 25º - DISPENSA POR JUSTA CAUSA

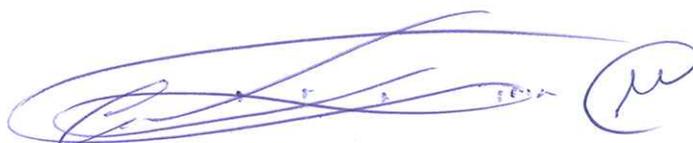
A empresa que demitir o empregado por justa causa obriga-se a comunicar-lhe por escrito o motivo determinante da demissão, mencionando a alínea do art.482 da CLT.

CLÁUSULA 26º - MEDICAMENTOS

As empresas poderão fornecer medicamentos a seus empregados, da seguinte forma:

- a) Estabelecendo, sempre que possível, convênios com farmácias ou drogarias para a compra de medicamentos.
- b) Adiantando o valor pago pelos medicamentos, ou obtendo seu fornecimento para posterior desconto em folha, podendo a critério da empresa, quando o custo dos medicamentos ultrapassar a 20% do piso salarial, o desconto será feito na folha de pagamento do mês e o saldo no mês seguinte.

CLÁUSULA 27º - INVENTÁRIO DO MATERIAL DE BORDO



Ao condutor motorista e ao cozinheiro será apresentado o inventario de todo material existente a bordo e sob suas responsabilidades, sendo a relação pelos mesmos conferida e assinada, ficando a partir deste momento responsáveis por estes materiais.

CLÁUSULA 28º - COMUNICAÇÃO DE PARTIDA

O horário de partida da embarcação para alto-mar será comunicado aos tripulantes quando da operação de descarga ou através de quadro de giz fixado na casaria da embarcação ou no trapiche da empresa ou local de fácil acesso e visualização pelos tripulantes.

Parágrafo Único - Cumpridas as formalidades previstas nesta cláusula pelo empregador, e efetuado o aviso do horário de saída à entidade sindical profissional e à Delegacia da Capitania dos Portos, e o trabalhador não comparecer após 24 horas do prazo designado, ficará sujeito a cobrança equivalente a um piso salarial.

CLÁUSULA 29º - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Fica acordado que os empregadores, com sede ou filial na base territorial comum às entidades sindicais, descontarão de seus empregados, respeitado o direito de oposição, a quantia equivalente a 2% ao mês do piso salarial.

Parágrafo primeiro: O direito de oposição previsto no *caput* desta cláusula deverá ser manifestado pelos empregados, pessoalmente, na entidade sindical laboral. Ocorrendo a manifestação, o SITRAPESCA terá o prazo de 48 horas para comunicar o empregador, para que deixe de efetuar o desconto da contribuição.

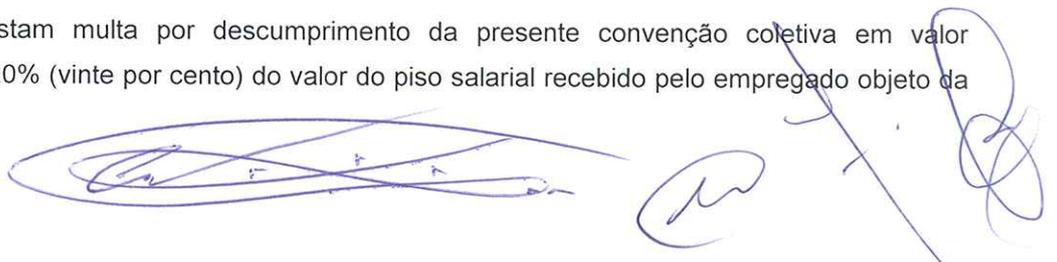
Parágrafo único: A contribuição da cláusula acima será repassada ao SITRAPESCA, até o 10º dia do mês seguinte ao desconto, sob pena de multa de 05% nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 01% ao mês, e correção monetária, ficando, neste caso, o infrator isento de outra penalidade.

CLÁUSULA 30º - ADIANTAMENTO SALARIAL

Fica acordado que os empregadores poderão conceder adiantamento salarial aos empregados, sendo que, no período de contrato de experiência, o valor não poderá exceder a R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais. Ao efetuar adiantamentos salariais, referentes ao período de experiência ou já posterior, os valores poderão ser integralmente descontados quando do momento da quitação do próximo salário.

CLÁUSULA 31º - MULTA CONVENCIONAL

As partes ajustam multa por descumprimento da presente convenção coletiva em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do piso salarial recebido pelo empregado objeto da



infração, que será revertida em favor do empregado ou do empregador, quando descumpridas quaisquer cláusulas.

Itajaí – SC, 21 de maio de 2014.



Manoel Xavier de Maria

Presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina

Eder Lana

Assessor Jurídico – OAB/SC 20.059

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina

Giovani Genazio Monteiro

Presidente

Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região

Marcus Mugnaini

Assessor Jurídico – OAB/SC 15.939

Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região